

Dívida só se resolve no ano que vem

Márcio Fortes — A consciência de que não existe mais o Plano Cruzado com o seu conjunto de medidas instantâneas e permanentes, é uma realidade. Existe uma consciência, de necessidade permanente de uma administração cautelosa, tenaz, desagradável às vezes, mas justa, atenta, extremamente penosa, que é a pilotagem dos escaleres do Rogério, ou seja, distribuir a comida quando há falta, racionar água, mas não deixar faltar água para ninguém e, se possível, evitar deixar que alguns atirem os outros para fora do escaler para sobrar mais espaço, o que também é uma coisa perigosa. Nesse sentido, posso afirmar que o ministro Bresser, que talvez não fosse, no seu ingresso, no cenário nacional, a opção primeira do governo, hoje é. Ele ganhou, conquistou a confiança dos seus companheiros de macroadministração da economia. Conquistou com o seu jeito curioso de expor. Acho apenas que a Nação precisa deixar consolidar um pouco as consequências do dito Plano Bresser, que, como se disse, é uma linha de atuação de natureza permanente. No meu entender, o problema é de tempo, é de passagem, é de deixar respirar, é de carência. Não é de crédito, não é de juros, é de carência.

Rogério Werneck — No fundo, o Edmar concorda com a metáfora da operação de salvamento e da vida nos escaleres. Apenas está dizendo que a vida nos escaleres vai ser um tanto tensa, há de se ter muito cuidado com as negociações do dia-a-dia que vão estar envolvidas. Concordo também em que o Plano Bresser não acelera o processo recessivo. O processo recessivo é uma herança que o Bresser recebeu. Ele não montou essa tendência recessiva, isso é uma consequência de tudo o que aconteceu desde o segundo semestre do ano passado. A recessão está em andamento. E o que eu temo é que as pressões que vão se exercer sobre a administração do Plano Bresser vão ser com base

nos dados que vão advir dos resultados da recessão que já estava em andamento. Não creio, portanto, que haja uma tendência a acelerar a recessão. Agora, essa tendência recessiva, que já ocorre, vamos ter que pagar de alguma maneira. Nos próximos 3 ou 4 meses não vamos assistir a um quadro muito positivo do ponto de vista de recuperação do nível de atividade, mas até o final do ano acho que pode ocorrer perfeitamente. Uma coisa está sendo mal compreendida: o efeito do chamado arrocho salarial sobre a demanda daqui para a frente. O que está sendo chamado arrocho salarial é o fato de o Plano ter esquecido pleitos de reajuste de salários passados, ou seja, um arrocho que já houve, arrocho que deve ser debitado à conta de Funaro. O que o arrocho salarial causou foi a aceleração da inflação desde novembro. O que o Plano fez foi dizer aos trabalhadores que eles não têm direito a recuperar isso. Isso não significa que a massa salarial daqui para a frente vai estar sendo reduzida.

Mário Henrique Simonsen — O Bacha tem razão, houve um conflito distributivo. É que no ano passado determinados setores conseguiram rendimentos, salários reais de um lado, e mais um giro em alguns setores que só eram possíveis porque vários outros setores estavam funcionando com margens negativas. Só que com isso desarrumou-se completamente o sistema produtivo, porque ninguém está disposto a trabalhar com margem negativa por muito tempo. Obviamente esse conflito existe, as pessoas que perderam renda em relação a março do ano passado estão insatisfeitas. Creio que se pode vir a ter uma recuperação de investimentos mais adiante. O Plano Bresser não conseguiu momentaneamente restaurar a credibilidade da política econômica do governo, nem poderia. Afinal de contas, o governo é o mesmo, o partido dominante é o mesmo. Mudou apenas o ministro da Fazenda.

É muito difícil crer que apenas a mudança do ministro restaure a confiança automaticamente. O Plano Bresser é um Plano que só vai poder se impor se depois de 2 ou 3 meses de execução produzir um sucesso razoável. E acho que o governo no momento não tem escapatória. Porque a única coisa que houve foi a mudança do ministro da Fazenda.

O alívio da renegociação da dívida externa é para o ano que vem. Porque eu não creio que se possa esperar, realisticamente, nenhuma renegociação da dívida externa ainda este ano. Provavelmente vamos ter longas discussões com o Clube de Paris. Não pagar ao Clube de Paris é bastante sério, eles cancelam o acesso do Brasil a fontes de crédito oficiais. É preciso, portanto, primeiro se recompor as reservas e depois se renegociar com o Clube de Paris. Eu creio que os bancos hoje estão muito preparados para formas diferentes de renegociação, que incluam um menu no que possa haver conversão de dívida em capital, capitalização parcial de juros, dinheiro novo, enfim eles estão bem mais conscientes do fato de que o que eles financiaram não foram projetos, e sim balanço de pagamentos. Isto ficou bastante visível agora na Conferência Monetária Internacional, em Hamburgo. Então, realmente, é possível que no ano que vem, na medida em que o Brasil tenha um projeto macroeconomicamente consistente, essa renegociação venha. Mas, no momento, realmente o Brasil não está pagando um tostão de juros aos bancos credores. Portanto, não é o lado externo que está constringendo hoje o desenvolvimento da economia brasileira. Eu também não sei se vai haver muita demanda de importação nos próximos meses. No ano passado o crescimento de importações foi em grande parte devido àquele festival de consumo, que foi da carne de Chernobyl até cerveja importada.